

CACHOEIRA DO ARARÍ: A EXPERIÊNCIA FESTIVA NA ELABORAÇÃO DE UM LUGAR DA ILHA DO MARAJÓ

Edgar Monteiro Chagas Junior¹
Maíra Oliveira Maia²
Shirley do Socorro Moura das Neves³

RESUMO

As festas na ilha do Marajó produzem diferentes significados que informam sobre o local a partir do imaginário popular e dos costumes cotidianos. A forma como os grupos sociais negociam suas práticas festivas tradicionais informam sobre o processo histórico de apropriação desigual de um capital cultural, que pode ser visualizado, dentre outras maneiras, através das manifestações festivas envolvendo valores culturais que estão material e simbolicamente produzidos em diferentes contextos. Desta forma, demonstram até que ponto as referências culturais externas ao lugar são aceitas, assimiladas e renegociadas em prol da manutenção de uma tradição. Com isso, a cultura popular pode dar uma relevante contribuição dentro das formações sociais, no sentido de melhor expressar a historicidade de um contexto específico, bem como informar sobre o seu processo de produção simbólica, inscrita no espaço e, através dos processos sociais, significada no lugar. Sendo assim, pode-se considerar que a contribuição de uma espacialidade concebida pelas manifestações festivas em Cachoeira do Ararí na ilha do Marajó, seus aspectos materiais e seus processos sociais, estão presentes nas formas emergentes de organização do espaço que tais manifestações, como a dos grupos de boi-bumbá imprimem na paisagem. Esta organização pode ser identificada pela produção dos lugares, seja para sua promoção ou para a reprodução de valores cotidianos.

Palavras-chave: Festa, Cultura popular. Boi-bumbá. Ilha do Marajó.

O Município de Cachoeira do Arari localizado na parte leste da Ilha do Marajó é um cenário de paisagens, as quais se modificam com a mesma lentidão de quem se aventura a viajar pelo rio e/ou pela estrada para se chegar até sua sede municipal, que possui o mesmo nome. Povoadas antes da colonização pelos índios Ararís (CRUZ, 1987), a partir de 1700 foram os missionários jesuítas que tomaram posse e fizeram uso da terra, tendo como um dos marcos a construção, em 1747, de uma capela à margem esquerda do Rio Ararí, 22 milhas acima da foz, onde se criou a Paróquia e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira do Arari. Mas tarde tal vila foi elevada à

¹ Universidade da Amazônia. edgarchagas@yahoo.com.br

² Universidade da Amazônia. mairamaia1309@yahoo.com

³ Universidade da Amazônia. shirleysfmoura@gmail.com

categoria de vila, em 1833. Em 1930, com a elevação à categoria de município dado a Ponta de Pedras, Cachoeira tem seu território anexado só em 1935, quando o mesmo retoma a condição de município. Em 1945 sofre uma alteração no nome, passando a denominação de “Arariúna” e, somente em 1956 volta a chamar-se Cachoeira do Ararí pela Lei Estadual nº 1.378, de 25 de agosto, perdurando tal nomenclatura até os dias atuais.

A origem do nome do município se deve a um pequeno desnível do rio Ararí, que ocorre durante o verão amazônico, em frente à sede do município e que lembra uma cachoeira; e assim os missionários a batizaram. A etimologia da palavra Arari é provavelmente de origem Tupi, fornecendo a seguinte interpretação: *arara* – *i*, arara pequena, sendo que o sufixo *i*, também pode designar água, rio. A interpretação da palavra pode chegar a “rio das araras”. Por outro lado, “Arariúna” pode significar “ararinha preta”, em função do sufixo *una*. Baena (apud IPHAN, 2007) atrela o nome Cachoeira à fazenda do Capitão-Mor André Fernandes Gavinho, fundador da localidade.



Localização do Município de Cachoeira do Ararí na Ilha do Marajó.

Fonte: Isis Ribeiro

O município é formado quase que totalmente por fazendas. A sede municipal está cercada de um lado pela Fazenda Espírito Santo e, do outro, pelo rio Arari, o que impede uma maior expansão urbana. A área abrange grande parte da região dos Campos Naturais, que durante o inverno amazônico ficam quase que totalmente submersos. Quando o inverno é rigoroso, parte da estrada desaparece, impedindo o tráfego para o município e isolando esta via de acesso. Neste período as embarcações são a única alternativa para a população.

Na divisa com o município de Santa Cruz do Ararí está localizado o maior lago da Ilha do Marajó, com aproximadamente 100 km² de área em águas baixas (a maior depressão da ilha) e grande reservatório da bacia do rio Ararí (IPHAN, 2007). Porém, o lago também fermenta o imaginário local onde se contam dezenas de “causos” e lendas, além de concentrar muitos bens culturais como, por exemplo, o ofício da pesca artesanal, danças, lendas e artesanato. Também, inúmeros cemitérios indígenas com importantes peças arqueológicas têm sido descobertos as suas margens.

Cachoeira ainda consegue condensar um cotidiano que apesar das mudanças estão enraizadas naquilo que transmuta entre o rural e o urbano, muitas vezes confundindo a ambiência de quem está na cidade. É possível descrever essa paisagem urbana fazendo uma espécie de “complementação” dos problemas sociais, tão comuns às cidades brasileiras, mas que no Marajó se agravam ainda mais pelo fator físico e político da ilha. De uma forma geral, nas confluências dos rios ou em algumas esquinas da cidade sente-se pouca diferença quanto aos encontros diários que falam sobre a vida de Cachoeira. Logo, não é difícil encontrar em um fim de tarde, em alguma baiúca,⁴ um bom bate-papo entre vaqueiros que chegam das fazendas discorrendo sobre seus dias de trabalho.

Chegando-se no porto do Camará depois de três horas de viagem em embarcação vindo de Belém, toma-se o rumo para Cachoeira em Vans ou no ônibus da linha batizado de “Búfalo”. São mais de 50km de estrada, parcialmente inundada no inverno⁵ e atravessa várias fazendas da região.

O município também foi fonte de inspiração de um dos maiores romancistas brasileiros, que passou parte de sua adolescência em Cachoeira. Dalcídio Jurandir a

⁴ Pequena mercearia que funciona como local de encontro de alguns habitantes do local.

⁵ Há também uma linha de embarcações que fazem o trajeto de Belém até Cachoeira em tempo médio de 7 horas dependendo da maré.

descreveu e a imortalizou no seu primeiro romance “Chove nos Campos de Cachoeira”, mas é comum encontrar mais referências da região em “Marajó” e “Chão de Lobos”, dentre outros.

Cachoeira já foi e ainda é cantada em verso e prosa por cantadores do lugar. Em geral as letras possuem uma conotação regionalista e ufanista dos ícones que falam do lugar:

No inverno é mar
No verão só é pó
Que cobre o corpo da gente
Nos campos do Marajó

Tem barranco no rio
E tá mururé
Quero ver o buiar do boto
Na enchente da maré
(Zezinho Viana)

A musicalidade é uma constante em boa parte dos habitantes de Cachoeira. Um dos precursores do ofício de músico e escritor foi João Vianna, quem fundou, em 1935, uma banda de instrumentos de sopro que, depois de uma longa pausa nas atividades (cerca de 30 anos), foi retomada pelo Museu do Marajó em 2001, sendo então criada a Escola de Música Pe. Giovanni Gallo. A banda leva o nome de seu fundador. Além disso, em Cachoeira, há uma gama de compositores, pesquisadores da cultura local, grupos de teatro, escritores e poetas ainda em atividades, os quais fundaram um clube denominado Clube dos Escritores e Poetas do Marajó – CEPOEMA.

Um dos grandes ícones da cidade é sem dúvida o “Museu do Marajó Padre Giovanni Gallo”. Fundado em 1984, em Cachoeira (foi transferido de Santa Cruz para Cachoeira por dissidências políticas naquela localidade), constitui um importante acervo da cultura popular marajoara. Gallo acreditava no desenvolvimento cultural do homem marajoara, por meio da educação e do conhecimento pleno da realidade em que se vive. O Museu do Marajó constituiu-se, então, num projeto visionário, cuja idéia não era reconhecer apenas os objetos e sim o homem que estava por trás deles. Dessa forma, dizia Gallo (*apud* IPHAN, 2007, não paginado): “o nosso Museu começa onde os outros terminam”.

As referências culturais de Cachoeira do Ararí são infindáveis. O levantamento preliminar de bens culturais na Ilha do Marajó promovido pelo IPHAN, em 2007, no

que se refere especificamente ao município de Cachoeira, evidencia que foram catalogados 54 bens inscritos nos cadernos de registro de Edificações e Lugares, Ofício e Modos de Fazer, Formas de Expressão e Celebrações. E dentre essas últimas, a mais popular é a Festividade do Glorioso São Sebastião, celebrada todo dia 20 de janeiro. Tal celebração ainda detém formas de expressão cada vez mais raras no que se refere a uma festa de santo, ou seja, a presença da Comissão de foliões, rezadores de ladainhas e cantadores de folias que anualmente percorrem grande parte da ilha (de julho a janeiro), arrecadando donativos para a festividade. Esta festividade foi inventariada recentemente pelo IPHAN e há um processo em andamento para a obtenção do registro como patrimônio da cultura brasileira.

Dentre os bens culturais, os folguedos ainda perfazem uma trajetória interessante de análise diante do atual contexto cultural, notadamente no que diz respeito à perda gradativa de importância desse tipo de manifestação ou sua transformação em formatos mais “atrativos” para o grande público. Neste painel, os grupos de folguedo de boi-bumbá, em Cachoeira, promovem anualmente um movimento que destoa da programação festiva da cidade⁶, mas que, por outro lado, configura como uma imagem surreal no espaço urbano e rural que colore e musicaliza as ruas da cidade, os campos e os rios num movimento transformador, mesmo que momentaneamente, daquela realidade.

Atualmente existem cinco grupos de boi-bumbá em atividade na sede municipal de Cachoeira do Arai, os bois, sendo eles: Gaiato; Encantado; Tira Fama; Aventureiro e o Pavulagem. Como é comum os bois mudarem de nome durante os anos é difícil se delimitar uma temporalidade precisa de existência dos mesmos, porém, os relatos dos mais antigos dão uma noção das épocas de criação da cada um.

Desde o início da década de 1990 ressurgiram vários grupos de boi-bumbá devido a um maior incremento desta manifestação por parte do poder público da época através de pequenas subvenções financeiras, que de certo modo atingem o objetivo mais imediato de compra de parte do material para a confecção do boi e as indumentárias dos personagens que brincam no mesmo; porém, sem um alcance mais qualitativo no que diz respeito à manutenção de uma organização social em torno de uma manifestação festiva.

⁶ Atualmente as aparelhagens e bandas de “tecnobrega” atraem centenas de pessoas nos finais de semana na cidade.

No processo de reprodução artístico-cultural dos grupos de boi-bumbá de Cachoeira do Ararí, verifica-se a constituição temporal de algumas formas espaciais associadas à produção cênica, musical e culinária no que se refere aos ensaios e às apresentações, como a residência de alguns participantes, os espaços públicos, os quintais, dentre outros. Estes espaços são marcados por uma carga de participação popular que envolve questões de atitude e valor, cujo mercado, no caso de Cachoeira, ainda não conseguiu se apropriar por completo. A forma de como se trabalha boa parte do ano sem qualquer tipo de remuneração para que se coloque o boi na rua é um exemplo nessa direção, em que pode observar o labor das costureiras, das cozinheiras, dos artesãos e dos músicos. Por certo que esse aspecto só pode ser observado entre os mais atuantes que vêm na brincadeira a materialização de um trabalho traduzido de forma lúdica com as bênçãos dos santos juninos.



“Boi Gaiato” em seu local de ensaio no bairro do Choque, onde é produzida toda a parte cênica da brincadeira.
Foto: Edgar M Chagas Jr (Maio de 2008).

Este sistema de ações reflete a forma pela qual os grupos culturais respondem a certos fenômenos atuais como é o caso da aceitação de uma pseudohomogeneização técnica e cultural, defendida por muitos como um beco sem saída e que tem nessas tradições uma válvula de escape:

A uniformização das técnicas não cessa de se afirmar, mas a resposta de populações que vêm se dissolver algumas das marcas mais antigas de suas identidades é mais forte do que se esperava. As pessoas têm o sentimento que seu ser profundo está ameaçado pela padronização dos tipos de vida e dos produtos (CLAVAL, 1999, p. 62).

Outro importante aspecto na relação entre o folguedo do boi-bumbá e a gestão pública tem a ver com a política clientelística, que funciona através de privilégios de alguns grupos em detrimento a outros, dada as suas filiações partidárias ou simpatia do legislador municipal. Assim, existe uma disputa entre algumas pessoas que estão a frente de associações ou instituições que tratam dos grupos de cultura popular de Cachoeira.

[...] é a prática do favor como norma da ação de um órgão público. Do lado dos carentes, o órgão público de cultura parece como provedor cultural (não só de serviços, mas de ações culturais e, sobretudo, de eventos) enquanto do lado dos privilegiados o órgão público de cultura parece como espaço a ser apropriado privadamente e como “naturalmente” destinado aos “cultos” [via de regra, artistas consagrados, instituições consagradas e empresários da cultura] (CHAUÍ, 1992, p. 19).

Fruto de uma política cultural deficiente que pode ser situada historicamente naquilo que Chauí (1992) chama de tradição neoliberal. Ou seja, o que pode ser visualizado em um órgão voltado para o fomento das diversas formas de manifestações artísticas, com uma política cultural definida em vez de um programa de atividades e serviços culturais, tendo a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação, superando relações antidemocráticas de clientelismo e privilégios. Destarte, tem-se um organicismo que funciona como uma produtora cultural¹ dando maior importância aos “pacotes” oferecidos pela indústria cultural. Verifica-se, ainda, o problema de competências, ou seja, pessoas indicadas que assumem alguns cargos sem nenhum preparo ou, no mínimo, entendimento da realidade cultural do município.

A política de subvenção praticada pelos órgãos gestores culturais tanto no âmbito municipal e estadual exercem pouca influência no que diz respeito ao fomento de grupos que trabalham a lúdica local coletivamente através dos diferentes tipos de manifestações festivas, tal como no caso dos grupos e boi-bumbá:

O meu sobrinho paga com o dinheiro dele para pagar as costureira porque esse ano a prefeitura quase não ajudou a gente, pra comprar as roupas dos meninos que não tem condição né? São tudo filho de pescador, e só vontade mesmo de botar que a gente não ganha nada, não tem ninguém que dê nada pra gente é só vontade de brincar boi mesmo⁷.

¹ No sentido de apenas promover eventos oriundos da indústria cultural.

⁷ Entrevista Eliano Beltrão da Silva, 2007.

Percebe-se claramente a relação de dependência dos grupos em relação às subvenções, tidas como a forma pela qual o poder público municipal encontrou de “ajudar” os grupos. Dessa maneira, os gestores municipais excluem qualquer possibilidade real de se fazer uma ação cultural que estimule uma melhor relação com os grupos e que os capacite a elaborar e trabalhar com projetos de cunho socioeducativo com base na cultura local. É importante ressaltar, também, a falta de uma organização mais aglutinadora por parte dos grupos, especialmente por conta dessas manipulações políticas sobre as pessoas que estão a frente das entidades, das associações e dos próprios grupos. Essas manipulações traduzem de certa forma o que acontece na atual conjuntura da política: a carência ou ausência de uma política cultural séria, capaz não de subsidiar a criatividade inerente de cada manifestação, porém, de no mínimo procurar caminhos de fomentar o caráter lúdico-social da brincadeira.

De certa forma isto se repete por quase todos os municípios da ilha do Marajó. As influências contemporâneas nas transformações decorrentes, dentre outros fatores, do incremento e acesso aos modernos meios midiáticos, colocaram em cheque antigas formas de sociabilidades e influenciaram sobremaneira no modo de usar o tempo livre. Com a abertura da estrada, que até hoje não possui asfalto, e a instalação de uma linha fluvio-rodoviária regular, o município de Cachoeira do Ararí melhora sua condição de ao menos não depender apenas dos rios, para se comunicar com os demais da “Ilha Grande”. Com a estrada vem o “progresso” e, com ele, todas as suas mazelas.

Cachoeira não tarda a se tornar mais uma presa fácil para os donos de aparelhagens também chamados “sonoros”, que logo se tornam a principal fonte de recursos para alguns abastados da cidade com um contínuo flagelo social da população em geral. As sedes dos antigos bailes, onde até a banda João Vianna se apresentava, cede lugar às incrementadas casas de shows, que influenciam sobremaneira nos modos de vida daquela população, onde a referência temporal festiva em torno do preparativo, da ansiedade, a espera daquela data do baile, agora se resume a festas todos os finais de semana durante o mês inteiro, onde as bandas do denominado “tecnobrega” e as aparelhagens tomam conta.

Ressaltando-se o aspecto econômico-social desse processo vê-se que em geral houve um aumento considerável do número de menores participando das festas nas casas noturnas da cidade, quase sem muito dinheiro para gastar com bebidas como a

cerveja e que por isso investem no consumo de álcool etílico, como já é de costume durante a Festividade de São Sebastião. Além disso, a prostituição infantil – fato que já caracteriza a Ilha do Marajó como um dos principais celeiros dessa prática na Região Norte (ver referências bibliográficas) – vem recrudescendo sem as devidas providências de investigação por parte dos órgãos competentes. A precariedade econômica do município de Cachoeira somada a baixa escolaridade da maior parte de sua população é um dos fatores da ação desenfreada de aliciadores de menores, os quais exploram cada vez mais cedo as crianças, principalmente na sede municipal.

A proliferação de eventos com shows de bandas musicais e aparelhagens em Cachoeira do Ararí segue uma tendência geral da região, onde o apelo e a influência do que acontece na capital do estado é diretriz para a formulação do calendário festivo do município.

Há uma relação complexa entre quem está a frente da Secretaria de Cultura do Município, os grupos tradicionais de expressões culturais, os grupos contemporâneos (em geral pagode e “tecnobrega”), o grupo de intelectuais da cidade e a população em geral. As demandas são muitas e os recursos escassos, sendo praticamente impossível agradar a todos. Este órgão normalmente não é independente, pois está associado à Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, ou seja, não quase sempre não possui autonomia financeira. Em Cachoeira – como ocorre em outros municípios do Marajó –, dependendo do entendimento do prefeito sobre a cultura, tal secretaria tende a ser atuante ou omissa. O calendário anual é montado seguindo datas fixas (aniversário da cidade, carnaval, quadra junina, festividades de santo e mês das férias escolares). É comum a instância municipal recorrer ao poder público estadual no sentido da obtenção de verbas para a realização dos eventos locais. De uma somatória geral de recursos aplicados durante o ano pela Secretaria de Cultura do Município de Cachoeira, 95% são destinados nas duas principais festas de santo, a saber, Nossa Senhora da Conceição (em dezembro) e São Sebastião (em Janeiro), ou ainda, em eventos festivos de curta duração divididos entre as demais datas do calendário municipal.

Esse rápido panorama sobre a gestão pública na esfera da cultura fornece uma ideia inicial quanto à administração e o planejamento no que concerne à linha ideológica que está por detrás da gestão municipal. Sendo um movimento mais amplo de imposições mercadológicas, a opção por uma agenda mínima em torno das

manifestações mais tradicionais do lugar esbarra na falta de iniciativa e, principalmente, no comprometimento do poder público no fomento de ações pautadas no processo de inserção de agentes culturais do próprio local. Segundo os entrevistados, não há nenhuma objeção por parte dos grupos de expressões tradicionais do município quanto ao lazer baseado em eventos “empacotados”, apenas a contínua falta de sensibilidade para com o que é produzido no local. O próprio acontecimento mais importante do município, a Festividade do Glorioso São Sebastião, é o exemplo mais peculiar do tratamento dado à cultural local.

Durante os dias de festejo a cidade “incha” de pessoas e, dentre as opções de lazer ofertadas pela cidade, nenhuma engloba qualquer tipo de apresentação dos grupos de teatro, música e dança locais, exceto algumas poucas apresentações de grupos parafolclóricos na paróquia da cidade. No entanto, as bandas e aparelhagens “de fora” tomam conta da cena. Este movimento cresceu tanto que recentemente um empresário da cidade resolveu investir substancialmente neste tipo de evento, construindo um espaço para festas denominado Malocaxeira.

Esse panorama é comum não só na Ilha do Marajó, mas em vários municípios do Estado do Pará, onde se verifica certa uniformidade das ações de política pública baseadas em eventos momentâneos. O carnaval é um exemplo contundente de como a questão é tratada na Ilha. Mesmo sendo caracterizado por uma diversidade rítmica, o estado do Pará e seus municípios têm seu carnaval no qual se disseminaram as “micaretas”, cujo modelo é importado da Bahia, além do fato de que grande parte das bandas de música toca o estilo conhecido como “axé” e são provenientes da capital Belém.

Sob o ponto de vista de uma significação para e do lugar, os folguedos de boi-bumbá de Cachoeira estão em constante diálogo com as mudanças tecnológicas, com as novas mídias. A “aculturação” proporcionada pelo avanço cada vez maior do capitalismo cultural, para usar uma metáfora, tenta proporcionar uma “desertificação” cultural para, posteriormente, “refloresta-las” com formatos que atendam do capital. Neste sentido é importante considerar até que ponto tais mudanças penetram na vida cultural dos grupos sociais que realizam as manifestações e como elas são reinterpretadas ou descartadas no processo de produção simbólica do espaço em questão.

O ato festivo envolve os mais variados segmentos sociais que estão em constante interação. Em determinadas situações, como nas que ocorrem nos grupos de folguedos populares da Ilha do Marajó, esses folguedos representam uma possibilidade de confraternização entre os habitantes que, através de uma rede relações sociais, constroem uma teia de contatos entre os participantes da brincadeira, estabelecendo uma ação socio-festiva que dura o ano todo.

As regras dos cortejos de bois pelas ruas das cidades como em Cachoeira não primam pela concorrência pelo primeiro lugar. A participação é condição primeira da competição. Este fato é significativo, pois o momento não se limita à disputa. Há grupos de bois-bumbás como o “Gaiato” que fazem referência direta ao ato produtivo, como forma de celebrar a fartura de um determinado item da safra pesqueira em cada comunidade do bairro do Choque. Assim é se observa uma referência nas toadas que falam do trabalho dos pescadores na sua jornada cotidiana, que envolve desde a pesca no rio Ararí até a venda do pescado na feira. A “farra” do boi acabou por se tornar um momento em que festa e trabalho se fundem e dinamizam as relações sociais entre os habitantes, notadamente em torno da importância da manutenção de sua cultura e dos elementos mais significativos do cotidiano.

A sede municipal de Cachoeira, como já comentado, está situada entre as fazendas de engorda de gado e o rio Arari. Neste sentido, o trabalho nas fazendas também é fonte de matéria-prima para as comédias de boi-bumbá nesta localidade. O ofício dos vaqueiros é constantemente reinterpretado nas toadas e nos enredos das comédias. Sendo um ofício onde ainda perduram relações de trabalho baseadas na dependência quase completa dos patrões fazendeiros, em que famílias inteiras de vaqueiros vivem por gerações dentro das fazendas, tal situação é constantemente referendada nas comédias como algo que denota uma forma de insurgência contra o fazendeiro, o que se expressa no ato do roubo do gado mais importante e mais querido, apenas para satisfazer o desejo de uma mulher gestante. Os desdobramentos de uma sátira mais apimentada estão por conta da versatilidade de cada “botador de verso” dos grupos de boi-bumbá.

Estas duas fontes de inspiração relacionadas ao trabalho de pescadores e vaqueiros ora se mesclam em determinados grupos de bois-bumbá. Os ícones de cada um dos ofícios são representados nas indumentárias dos brincantes bem como nas

toadas e nos versos “tirados” pelos “amos”. Neste sentido, a organização social do lugar é representada ludicamente na manifestação. Todavia, não como forma de “resistência” tal como prega boa parte dos puristas do folclore, mas como um processo dinâmico de produção e reprodução de significados, funcionando como um “instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe” (CANCLINI, 1983, p. 12). Assim é possível distinguir de que forma os agentes sociais envolvidos nesta manifestação transmutam para um sistema paralelo de relações sociais onde o sígno (boi-bumbá) funciona como um elemento de coesão social que transforma temporalmente o significado do lugar, concebido pelo que Cosgrove (1996) chama de “produção simbólica do espaço”.

Essa produção espacial perpassa o conhecimento da realidade através da compreensão de determinados modos de produção simbólica e, deste modo, podem constituir formas emergentes de organização espacial na dinâmica das relações sociais de determinado local. Diante disto, cada lugar produz formas espaciais características ou inerentes ao culturalmente construído diante suas peculiaridades. Essas formas espaciais podem estar representadas pelo visivelmente construído, pelas iconografias que identificam a paisagem ou pelo concebido a partir do espaço vivido, o qual pode ser apreendido através das formas de delimitá-lo e organizá-lo segundo os interesses de seus habitantes. Neste sentido, o próprio corpo funciona como uma maneira de explorar as dimensões e as relações espaciais e, segundo tais interesses, se deslocar estrategicamente como meio de territorializar suas ações.

Essa estratégia pode ser identificada, num primeiro momento, na apropriação espacial por uma manifestação cultural como o folguedo de boi-bumbá. Sua produção simbólica perfaz todo um sistema de ações e concentração de energia para um fim comum: colocar o boi na rua. Desde a concepção das indumentárias, construção de instrumentos, ensaios, passando pelas programações de bairro para arrecadação de fundos como bingos e pequenas festas dançantes. Até o início das apresentações na quadra junina, há uma sucessão de atividades produtivas, coletivamente pensadas e executadas que identificam uma formatação organizacional da sociedade local sob o ângulo de uma energia intangível, que se materializa em ações práticas que produzem e identificam o local.

Para Santos (2002, p. 315), “uma dada situação não pode ser amplamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixamos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam”. Com efeito, o folgado constitui uma das formas de se expressar que, diante seu processo produtivo de criação e recriação, pode intervir no mundo que os rodeia em um processo de aprimoramento dos laços sociais. Seguindo o mesmo ponto de vista, Leecew (apud SANTOS, 2002, p. 316) argumenta que:

Esse processo, no qual entram em jogo diversas interpretações do existente, isto é, das situações objetivas, resulta de uma verdadeira negociação social, de que participam preocupações pragmáticas e valores simbólicos, “pontos de vista mais ou menos compartilhados”, em proporções variáveis, diz S. van der Leecew (1994, p. 34). Nessa construção, pois, além do próprio sujeito, entram as coisas e os outros homens [...].

De tal maneira, a produção dos lugares perpassa por um engajamento desta compreensão a respeito dos fatos representativos inerentes ao processo comunicacional, podendo ser posto em evidência através das formas de expressão culturais que determinados grupos sociais se apropriam estrategicamente, revertendo a lógica de apropriação e domínio do território temporalmente reelaborado pelas ações cotidianas.

A influência externa na vida cultural de Cachoeira do Ararí, como já exposto, em geral não se difere do restante dos municípios da ilha do Marajó. Isto se deve, dentre outros aspectos, ao processo naturalizado de influências externas que desde o período da colonização já se tornara algo inerente às populações da ilha. A ênfase maior no atual período de flexibilização do capital, que atua de forma mais articulada e introjetada nas artérias de um lugar qualquer, seja através de uma reordenação de interesses, como deixar de derrubar a floresta para investir no seu potencial biotecnológico, seja para maquiagem lugares exóticos para colocá-lo à disposição nos folders de hotéis turísticos, recolocam a importância do lugar como reflexo das condições de reprodução do capital flexível e/ou como *locus* de formações sociais que asseguram – porém não como isolamento – seus interesses culturais mais íntimos.

Mesmo com a demanda cada vez maior pelo entretenimento *pasteurizado*, há também que se considerar os grandes interesses em jogo para quem usufrui economicamente deste tipo de entretenimento. Em Cachoeira há um pequeno grupo de pessoas – proprietários de fazendas e de comércio – dentro da cidade que vem se

apropriando cada vez mais dos benefícios econômicos gerados pelas festas de aparelhagens, o que já foi discutido anteriormente neste trabalho. Esta situação é ainda mais interessante pelo meio como vem afetando gradativamente o cotidiano da população em vários aspectos: a violência aumenta consideravelmente nos dias de festas, fato destacado pela Polícia Militar do município; além do aumento do uso indiscriminado de álcool por menores. Ademais, o que antes gerava algum recurso para o município hoje é concentrado nas mãos de poucos, e as únicas atrações que são pagas por suas apresentações são bandas musicais de fora, normalmente de Belém.

Mesmo com todas as interferências e concorrências que possuem um apelo atrativo de cunho mais espetacular, alguns grupos de boi-bumbá, em Cachoeira, diferentemente de outras localidades da ilha como Soure e Salvaterra não concorrem diretamente com os eventos festivos devido a alguns fatores, tais como:

1. Mesmo sendo uma cidade pequena, os grupos de boi-bumbá concentram-se em áreas periféricas, indicando em geral o baixo poder aquisitivo das famílias; e
2. Em geral os grupos de bois-bumbá de Cachoeira são formados em quase em sua totalidade por crianças e pré-adolescentes ainda pouco inseridos na chamada “vida noturna”.

Ainda assim, há que se considerar a significação da brincadeira para seus membros enquanto algo aguardado durante o ano, indicando um aspecto que informa sobre a temporalidade festiva não demarcada apenas no momento do seu acontecimento, mas, também, pela espera, pela expectativa de um momento único e lúdico de se expressar, intensificado pela sociabilidade relacionada à manifestação que cria laços de “solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade” (GUIGOU *apud* SANTOS, 2002, p. 318).

As estruturas sociais de um grupo de cultura popular não são fechadas em si e, como já exposto, assimilam as influências de uma informação que é externa ao lugar num movimento dialético de recriação de elementos da brincadeira. Dessa forma surgem novos personagens dentro da comédia, externos ao cotidiano local, como é o caso do “soldadinho” que é subornado por Nego Chico para que não seja levado preso. Sendo assim, conforme Santos (2001), “com o papel que a informação e a comunicação alcançaram em todos os aspectos da vida social, o cotidiano de todas as pessoas assim se enriquece de novas dimensões”.

Diante deste contexto, recoloca-se o papel do lugar como múltiplas possibilidades de entendimento do real, realçando a dimensão comunicacional de um espaço que se concebe a partir do experienciado em um processo de produção simbólica deste espaço como dos que produzem os folguedos de boi-bumbá em Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó.

Referências

CANCLINI, N. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, M. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. Texto originalmente publicado no documento Cidadania Cultural em Ação – 1989-1992.

CLAVAL, P. A geografia cultural. Florianópolis: UFSC, 1999.

COSGROVE, D. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 3, 1996, p. 5-29.

CRUZ, Miguel Evangelista Miranda da. Marajó, essa Imensidão de Ilha: Belém, 1987.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Levantamento preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC Ilha de Marajó/Pará, Out, 2007.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.